



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular 2020-2021

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Especialização em Direito Administrativo e Administração Pública

Unidade curricular

Direito das relações jurídicas de emprego público
(Emprego público e direitos fundamentais)

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Ana F. Neves

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável.

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Pretende-se que os mestrandos adquiram uma compreensão estrutural dos princípios, conceitos e instrumentos jurídicos do Direito do emprego público.

Pretende-se, em particular, que, a partir de uma visão cosmopolita e multinível dos direitos fundamentais, reflitam sobre: *i)* o estatuto jurídico do trabalhador nas relações jurídicas de emprego público; *ii)* sobre o exercício de direitos fundamentais no âmbito destas.

Quer-se ainda que contextualizem as questões jurídicas laborais públicas na vasta jurisprudência internacional e europeia na matéria.

Conteúdos programáticos

1. Delimitação e caracterização geral

- 1.1. Função pública, emprego público e relação jurídica de emprego público
- 1.2. Traços de identidade da relação jurídica de emprego público
- 1.3. O regime português do emprego público e os modelos de organização dos empregos públicos
- 1.3. As fontes. A influência cruzada da internacionalização e da europeização do Direito Administrativo e do Direito do Trabalho

2. Os direitos fundamentais e a relação jurídica de emprego público

- 2.1. Constitucionalismo multinível e âmbito de proteção dos direitos fundamentais dos trabalhadores públicos
- 2.2. Categorias principais dos direitos fundamentais dos trabalhadores públicos
 - 2.2.1. Direitos de igualdade
 - 2.2.2. Direitos de liberdade, em especial, a liberdade de expressão e o direito à proteção de dados pessoais
 - 2.2.3. Direitos de participação política



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

2.2.4. Direitos laborais: *i)* direitos laborais individuais; *ii)* direitos laborais coletivos ou de exercício coletivo

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os tópicos do ponto 1. do programa permitem o conhecimento de aspetos estruturais do Direito do emprego público, em sintonia com o objetivo da unidade curricular de proporcionar uma compreensão essencial e integrada da disciplina. Por outro lado, o ponto 2. do programa fornece um quadro sistemático dos direitos fundamentais dos trabalhadores públicos e permite pensar as questões jurídicas que o seu exercício suscita, aplicando a dogmática dos direitos fundamentais no quadro de um constitucionalismo multinível.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

O ensino assenta na articulação entre a análise dogmática e o estudo de casos. Convida à participação, ao questionamento e à aplicação dos conhecimentos pelo seu cruzamento em diferentes situações laborais.

A estruturação de planos de aula e a disponibilização de materiais de apoio, prévia e posteriormente a cada aula (insertos no moodle), assim como o diálogo com a docente, permitem a consolidação e o aprofundamento das temáticas.

A avaliação contínua pondera o resultado de trabalho (apresentado por escrito ou oralmente) sobre um dos tópicos do ponto 2 do programa. O trabalho visa a exercitação das qualidades de reflexão e escrita jurídicas. Será avaliado de acordo com grelha inserida no moodle na área da disciplina. Pondera-se igualmente o empenho informado nas aulas.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O tratamento integrado, reflexivo e contextual dos temas permite a apreensão dos diversos conceitos, princípios e de dimensões essenciais de regime, a procura de soluções jurídicas tecnicamente informadas e, bem assim, a construção de um entendimento crítico e cosmopolita das questões que o exercício de direitos fundamentais pelos trabalhadores públicos coloca.

Bibliografia principal

- NEVES, Ana F. (2020), *Direito do emprego público local*, AEDREL - <https://www.aedrel.org/publicacoes/>.
- DORSSEMONT, Filip et al. (edited by), (2019), *The Charter of Fundamental Rights of the European Union and the employment relation*, Oxford, Hart.
- QC, Robin Allen et al. (2018), *Employment Law and Human Rights*, Third edition.
- Outra a indicar nas aulas e/ou a disponibilizar no moodle, relativamente a cada tópico do programa.